

**A REFORMATAÇÃO DA FRONTEIRA AMAPAENSE:  
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AOS PLANOS  
DIRETORES E AMBIENTAIS**

*Jadson Luís Rebelo Porto*

*Eliane Superti*

*José Alberto Tostes*

*Eleneide Doff Sotta*

**INTRODUÇÃO**

A fronteira amapaense tem sido organizada por gestões institucionais do Governo Federal, inicialmente visando a defesa da soberania, criando estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas internas (a exemplo dos ex-Territórios Federais) e, à medida que suas articulações e conexões foram ampliadas no cenário internacional, reorganizando seu espaço e redefinindo novos usos do território (PORTO, 2010).

Enquanto Território Federal, essas Unidades Federativas localizadas na fronteira foram “*Estados em embrião*” (FERREIRA FILHO, 1975; PORTO, 2003); (re)formataram novas interações espaciais com os países vizinhos, estimulando a relação multiescalar inerente de espaços limítrofes; e estimularam a revisão de fronteira de separação para fronteira de cooperação, à medida que novas articulações foram construídas (seja em infra-estrutura, seja em relações socioeconômicas). Para o caso amapaense, as suas relações políticas, econômicas e sociais sofreram profundas transformações na formação de pactos, nas novas estruturas políticas, notadamente após a sua estadualização (1988) e que estão sendo revistos no primeiro decênio do século XXI, decorrente dos novos usos da fronteira e estimulados pela construção da

ponte binacional entre Brasil e Guiana Francesa (ultraperiferia da França).

As transformações ocorridas nesta Unidade Federativa contribuíram para inserir o Amapá na rede global e refletir sobre a relação inversa das interações fronteiriças entre Brasil e França, comparadas às demais fronteiras do Brasil com a América do Sul.

Objetiva-se, com isso, analisar as novas construções dos usos lindeiros franco-brasileiro suas retransformações políticas e econômicas, a fim de responder a seguinte questão orientadora: como se comportou a reformatação da fronteira amapaense mediante aos novos usos de seu espaço lindeiro?

Este trabalho está dividido em três tópicos. O primeiro discute os Territórios Federais no Brasil e a reformatação da fronteira setentrional; o segundo analisa as políticas públicas destinadas à fronteira amapaense no primeiro decênio do século XXI; o terceiro aborda a importância dos planos diretores para a fronteira, ressaltando o caso do município do Oiapoque (Amapá-Brasil).

## **1. OS TERRITÓRIOS FEDERAIS NO BRASIL E A REFORMATÃO DA FRONTEIRA SETENTRIONAL**

A origem espacial dos Territórios no Brasil está no desmembramento de Unidades Federativas existentes (com exceção do Acre, que foi por anexação), que apresentavam grandes extensões, inclusas no contexto do discurso de "vazio demográfico" e em áreas fronteiriças que correspondiam àquelas que outrora foram conflituosas ou de posicionamento estratégico<sup>1</sup>.

Apesar da ideia da criação dessas entidades no Brasil ter sido discutida desde a Constituinte do Império, com 3 anteprojetos

---

<sup>1</sup> Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1946); Mortara (1944); Temer (1975); Freitas (1991) e Porto (2003).

para sua criação e uma emenda constitucional (REIS, 1963), foram efetivadas somente a partir do início do século XX.

Até a Constituição de 1937, o Território Federal caracterizava-se como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em Estado-membro da Federação, cuja única experiência de estrutura administrativa fora o Acre (MAYER, 1976, p. 24). A novidade dessa Carta Magna reside na sua substancial mudança na concepção política e jurídica deste ente federativo por três motivos: 1) por definir o Brasil como um Estado Federal, constituído pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais; 2) porque foi a primeira e a única que os implantou efetivamente, sob a orientação de um processo legal; e 3) por apresentar melhores justificativas e diretrizes que a anterior, assim expressas no seu artigo 6o: a) apresentou uma justificativa para a sua criação, “*no interesse da defesa nacional*”; b) determinou que as suas áreas seriam oriundas de “*partes desmembradas dos Estados*”; c) a sua administração seria regulada por Lei Especial.

Os Territórios Federais criados foram Fernando de Noronha (1942) (arquipélago desmembrado do Estado de Pernambuco), Amapá, Rio Branco (hoje se constitui no Estado de Roraima), Guaporé (atualmente é conhecido como Estado de Rondônia), Ponta Porã e Iguazu (1943). Segundo Jacques (1977, p. 188) a expectativa dos Territórios Federais “*como núcleos de civilização nesses recantos longínquos do território nacional era prestar grandes serviços ao país não só em assunto de defesa nacional, como também em matéria econômica e social*”.

Essas Unidades Federativas, contudo, não se resumiram somente às suas experiências administrativas. Há também outros fatores de análise que devem ser considerados para o melhor entendimento de suas participações nos cenários nacional e regional, são eles:

- A reduzida ou nenhuma representatividade nos legislativos e na forma de nomeação dos seus dirigentes (Governadores e

Prefeitos), mudadas com a introdução das eleições para escolha de seus representantes e aprofundadas com a estadualização.

- A pactuação política entre Estado e as elites locais.
- A sua territorialidade, cuja delimitação juridicamente definida e construção socioespacial foram alvos de constantes (re)pactuações, (re)definições, e (re)territorializações de suas relações sociais, econômicas e políticas pré-existentes, bem como de novas relações à medida que novos atores são inseridos.
- As transformações realizadas após a entrada de novos elementos e categorias econômicas e políticas ao seu cotidiano, modificando o seu espaço e suas relações tradicionais, seja na ampliação da sua urbanização e da sua infraestrutura, seja aumentando a exploração de seus recursos naturais.
- As novas dinâmicas socioeconômicas com a inserção de infraestrutura, com destaque à oferta de energia elétrica, a construção de rodovias e a ampliação dos setores da Saúde e da Educação, embora seja consenso de que muito há ainda a ser feito nessas áreas.

Por mais que esses entes tivessem existido por 84 anos na realidade brasileira, não conseguiram estabelecer uma visão clara sobre o que significou essa experiência na organização espacial da região e muito menos sobre as suas atuações no federalismo brasileiro. Mas as efetivações deixadas nesses espaços, visando o fim das precariedades política, econômica, institucional e político-administrativo para que se tornassem autônomas, estimulou o crescimento e o desenvolvimento dessas novas entidades federativas.

Foi a partir desses “*Estados em embrião*” que os investimentos foram estimulados e orientados para a reestruturação da fronteira setentrional. A região lindeira deixa de ser isolada, para ser articulada, organizada e conectada a novas redes sociais e econômicas.

Para a política pública, os Territórios Federais poderiam ser “*entidades precárias*” (MEDEIROS, 1946), “*indefinições jurídicas*” (TEMER, 1975), ou “*experiências*” (PORTO, 2003), mas as relações sociais e econômicas ali instaladas funcionaram muito

bem, principalmente quando são analisadas as explorações das matérias primas existentes em seus espaços.

Gradativamente a fronteira se torna mais articulada e mais dinâmica; deixa de ser periférica para se tornar estratégica (PORTO, 2010b), embora não tenha perdido aquela condição fronteira de periferia. Neste sentido, dependendo do foco de análise da fronteira da Amazônia, esta pode ser considerada ora como periférico/estratégica, ora como estratégico/periférica. Esta apresenta suas orientações embasadas nas ações propostas, em execuções, em articulações e investimentos do capital neste espaço. Aquela apresenta forte reprodução de elites tradicionais e políticas que não querem mudar o *status quo*.

Por outro lado, para o caso amapaense, a fronteira setentrional não se refere somente à fronteira continental. Pois a articulação efetiva que ocorre com a Guiana Francesa vai além da sua articulação física via infraestrutura (estimulada após meados da década de 1990). Esta conexão representa: interação com a zona do Euro; conexão imediata com o espaço da OTAN; proximidade com área científica de ponta, pela estação espacial de Kouru (estação esta que é integrante de estratégias científicas da União Européia).

Acrescente-se, nesta reflexão acima, que o Amapá é um espaço litorâneo, com um sistema portuário capaz de receber embarcações de 11 metros de calado (semelhante aos principais portos da América do Sul). Considerando que a partir dos portos o mundo é o limite, as relações entre os espaços transcontinentais ocorrem sem que haja a conectividade imediata, ou seja, há uma conectividade relacional.

Seja qual for a construção da configuração da fronteira da Amazônia setentrional, as ações de políticas de investimentos e de planejamento executadas pelo Estado foram e são fundamentais para as (re)construções deste espaço lindeiro. Contudo, a atuação do Estado nesses espaços tem se caracterizado por possuir uma magnitude grande, embora se apresentem frágeis (CHELALA, 2008).

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A FRONTEIRA AMAPAENSE NO PRIMEIRO DECÊNIO DO SÉCULO XXI

Quais foram os motivos que contribuíram para a criação do Território Federal do Amapá? De acordo com Porto (2006, p. 19-21) a sua origem vai além das condições políticas. Também se baseia nos seguintes aspectos: Questões geopolíticas; Extração mineral; Influência de políticos locais; A criação do Território Federal do Acre; Características regionais norte do Pará; A proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial; Justificativa militar; Defesa nacional; e jurídica.

Segundo Porto (2003), após a criação deste Território, três períodos econômicos indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, na sua urbanização e nas suas reorganizações espacial e econômica. Esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988).

Esses períodos garantiram intensas transformações nos âmbitos político, econômico e político-administrativo no Amapá, os quais foram fortemente influenciados por políticas públicas decorrentes da magnitude do estado neste ente federativo (CHELALA, 2008).

Com a estadualização, as expectativas criadas pelas novas relações deste novo Estado com o federalismo brasileiro estimularam reflexões sobre sua nova realidade em um período de crise federativa, buscando ainda alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção ao seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone. Com isso, passou a apresentar novas características, trazendo a tona duas discussões, que dependendo do enfoque podem ser conflituosas, ei-las:

- A preocupação com a questão ambiental, com criação e instalação de políticas, legislações e movimentos ambientais, buscando uma racionalidade ambiental e a sua inserção e impactos na sociedade;
- A ampliação da inserção da fronteira no mundo globalizado, cada vez mais articulado em rede, estimulando a busca de novas fontes de matéria prima decorrente do aumento do consumo.

Essas reflexões tem trazido novas expectativas para novos usos do território lindeiro, principalmente (para o caso amapaense) mediante à recuperação da economia mineira; a inserção de novas empresas para a exploração mineral e do açaí; a inclusão de obras infraestruturantes<sup>2</sup> e a inserção do platô das Guianas em planejamentos internacionais (IIRSA, INTERREG/UE).

Tais possibilidades e expectativas de novas configurações políticas e sociais da fronteira no Amapá estão fortemente marcadas pela ação do Estado Nacional através das intervenções estratégicas para promoção de processos de reestruturação produtiva, espacial, exploração de novos mercados, e integração nacional e internacional da Amazônia. Presentes nos Planos Plurianuais (PPA) (2000/2003 e 2004/2007), e no Programa de Aceleração do Crescimento (2007/2010), as estratégias nacionais de intervenção no espaço regional baseiam-se em grandes projetos de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, transporte e comunicação.

O que não se configura em uma novidade na dinâmica regional, pois a Amazônia sempre contou com a intervenção do Estado no núcleo de seus processos sócio-econômicos e políticas de crescimento e desenvolvimento regional. De acordo com Gomes e Vergolino (1997), o crescimento e a dinâmica da economia amazônica se deu em grande medida através dos investimentos dire-

---

<sup>2</sup> Pavimentação de Rodovias (BR-156 ; Brasil/Venezuela), construção de pontes binacionais (Brasil/Guiana; Brasil/França – pela Guiana Francesa), integração energética Brasil/Venezuela, dentre outras.

tos e indiretos proporcionados por meio dos bancos oficiais de fomento, empresas estatais, ou, ainda, através das agências federais de planejamento regional.

O que muda é o enfoque da integração nacional para a integração de mercados internacionais, formando a ponte de ligação entre a globalização e regionalização e, também, a forma de articulação das ações que passa a se dar por meio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID). Estruturados no governo FHC e servindo, atualmente, como matriz de intervenção do governo federal, os ENID apontam as oportunidades de investimento e as possibilidades de inversões do capital nacional e internacional e delimitam regiões de planejamento que não respeitam necessariamente o recorte político-administrativo. Construídos, resumidamente, a partir dos critérios: malha multimodal de transportes; hierarquia funcional das cidades; identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas existentes, os eixos totalizam em nove grandes cortes espaciais: Arco Norte; Araguaia – Tocantins; Madeira – Amazonas; Oeste Rede Sudeste; Sudoeste; Sul; São Francisco e Transnordestino.

Dos nove eixos, dois são amazônicos e representam corredores logísticos de integração nacional e internacional da região. O Madeira – Amazonas, como saída para o Atlântico, e o Arco Norte, como saída para o Caribe e elo de intercâmbio regional com a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana. Ambos têm o transporte como elemento central. No caso do eixo Madeira – Amazonas é a vertebralção principal é a Hidrovia. Já no Arco Norte, a BR –174 em Roraima e a BR-156 no Amapá. (SANTANA, 2009).

O estado do Amapá, embora apresente uma zona de tríplice fronteira (Brasil/Guiana/Suriname), efetivamente há somente uma iniciativa de integração, com a Guiana Francesa, pois inexistente qualquer ligação rodoviária com o Suriname. Para que produtos brasileiros possam chegar a este país via rodoviária, obrigatoriamente devem passar por Guiana ou pela Guiana Francesa. Tal contexto tem engendrado novas dinâmicas econômicas e políticas decor-



rentes do aprofundamento de sua vinculação ao mercado internacional induzido por políticas públicas federais que se completam com a conclusão da construção da ponte binacional Brasil/França. Prevista para concluir em 2012, a ponte sobre o rio Oiapoque liga definitivamente a fronteira setentrional da Amazônia brasileira a Guiana Francesa e visa fortalecer e consolidar as relações internacionais franco/brasileiras no platô das Guianas.

Essa nova dinâmica tende a acentuar a já forte presença do capital internacional na exploração de produtos e insumos locais, acirrar o mercado de terras e impor novo ritmo das relações comerciais. Tende, também, a impor ao estado e aos municípios - administrativamente frágeis e empobrecidos - a necessidade de promoverem outras reestruturações infraestruturais e logísticas para assegurar sua efetiva participação nesse movimento do capital, tais como: o asfaltamento, construção e recuperação de outras vias de comunicação (ferrovias e rodovias), ampliação e modernização do porto de Santana, o enfrentamento do problema energético, apenas para citar alguns dos mais prementes.

Ao se concretizar os corredores logísticos da Amazônia brasileira serão 8.272 km de fronteiras internacionais com sete dos oito países do Tratado de Cooperação Amazônica e com o departamento ultramarino francês. Isso aponta que a discussão e a formulação de políticas públicas para as fronteiras internacionais ampliaram o foco, abandonando debate prioritariamente político e de segurança nacional para a inclusão da dimensão econômica de desenvolvimento e integração de mercados nacionais e supranacionais.

Exemplo claro é a reorientação do Programa Calha Norte (PCN) que mantendo os objetivos de defender, proteger e garantir a integridade do território nacional, assume, de forma enfática, a finalidade de alavancar o desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de fronteira em particular (DURBENS, 2010). O PCN se consolida como uma política pública de segurança, defesa e desenvolvimento regional. E, em consonância com o

projeto nacional, financia basicamente projetos de infraestrutura em atuação conjunta com os municípios. O Programa representa para algumas das cidades amazônicas, especialmente para os municípios amapaenses, o único meio de realizar importantes obras, inviabilizadas pela insuficiência de recursos advindos da cota de transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita dos municípios (FERREIRA, 2010).

O movimento de integração dos mercados internacionais sul americanos estimulado pela globalização do capital e a necessidade de fortalecimento das economias regionais tem transformado as regiões fronteiriças periféricas em zonas importantes de cooperação e sinergia e provocado um novo tipo de atuação dos Estados Nacionais nas regiões de fronteira pela criação de mecanismos legais e administrativos considerando a importância assumida e atribuída às cidades e regiões de fronteira para o processo de integração econômica. Regiões fronteiriças como o Amapá passam a ganhar relevância, mantidas isoladas dos centros nacionais, pela ausência de redes de transporte e de comunicação e pelo seu menor peso político e econômico, começam a ser foco de políticas públicas de infraestrutura econômica.

Tal situação é estimulada pelo novo contorno de atuação do Estado Nacional nas regiões fronteiriças que ocorre, também, pela articulação da política dos países da América do Sul para a implantação do projeto Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA). A IIRSA é um projeto pan-americano de doze países da América do Sul, que projeta a integração da região para formar uma unidade. A estrutura sistêmica e logística para essa integração é o desenvolvimento da telecomunicação, do transporte e energia com objetivo de criar condições para sua integração econômica.

O conjunto dos projetos de investimento da IIRSA foi organizado a partir de dez eixos de integração<sup>3</sup> e desenvolvimentos e demonstram clara sintonia com as políticas e os programas brasileiros de desenvolvimento e integração. O IIRSA, tendo vários

eixos de desenvolvimento na Amazônia, coloca esta região, até então periférica do ponto de vista da integração nacional pelos países que a compõe, em uma posição central e estratégica. Principalmente no caso do Brasil, pois dos 10 países da América do Sul com os quais faz fronteira, 7 estão geograficamente na Amazônia (CASTRO, 2008).

Tanto o IIRSA, quanto as políticas internas no primeiro decênio do século XXI foram construídos com a mesma orientação, qual seja; promover a integração competitiva a partir de volumosos investimentos em infra-estrutura organizados em eixos de integração e desenvolvimento. O IIRSA em nível sul-americano, como bloco regional, e os PPA's e o PAC em nível nacional brasileiro, vem acelerando a economia e colocando o país em situação vantajosa em relação às outras nações.

A dinâmica empreendida a partir da elaboração e aplicação de políticas públicas estatais nas áreas de fronteiras coloca a problemática dessas políticas como chave para o debate sobre a mudança de cenário político das regiões de fronteiras até então consideradas periféricas. Sob esse prisma, importa compreender, sua lógica de elaboração e implementação, seus limites e potencialidades sociais.

Essa discussão perpassa, ainda, a redefinição do papel do Estado nas últimas décadas, que alterou substancialmente o curso de suas políticas públicas, determinando estratégias que estão no limiar das transformações do capitalismo contemporâneo. A atual fase do processo de globalização impôs mudanças na relação

---

<sup>3</sup> Os 10 eixos são: Eixo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); Eixo Peru-Brasil-Bolívia; Eixo de Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai); Eixo Mercosul – Chile, Eixo Andino do Sul; Eixo do Escudo das Guianas (Brasil - através do Amapá, Guiana, Suriname e Venezuela); Eixo do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru); Eixo Inter-ocênico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru); Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná; e Eixo do Sul (Argentina e Chile).

entre Estado e mercado que afetam de maneira direta a dinâmica da regulação social e o padrão de intervenção do Estado em sua relação com a sociedade.

No âmbito da região Amazônica e do Amapá em particular as políticas de desenvolvimento predominam a construção de infraestrutura. Um breve olhar sobre o plano de governo plurianual de 2000 a 2003 já denunciava esta situação com a gritante disparidade de investimentos na ordem de 35 bilhões de reais para programas de infraestrutura econômica; enquanto outras áreas, como a social e ambiental, não chegam a um bilhão de reais. Essa disparidade se mantém com pequenas oscilações nos planos seguintes.

A implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico na região amazônica brasileira traz como um de seus objetivos principais a redução das desigualdades sócio-econômicas, inserindo e aprofundando sua participação no circuito acumulativo do capital. De acordo com Castro (2008, 28), "*(...) a Amazônia, para além do interesse ambiental e preservação da floresta, é um mercado de produto e insumos muito concreto, conectado a redes internacionais sofisticadas*". Como no caso da mineração no Amapá, cujas empresas exploradoras situam-se no rol das 100 maiores do setor no cenário nacional, segundo Porto (2010a).

Contudo, tais políticas não induzem a uma ação diferenciada do capital na região, pelo contrário reafirmam a forma historicamente consolidada, qual seja, sem respeitar estruturas econômicas pré-existentes, sem estabelecer laços concretos com a realidade regional, sem realizar re-inversões significativas na estrutura produtiva local, sem investir na qualificação de recursos humanos.

A lógica conservadora do desenvolvimento proposto se sustenta sobre uma concepção dualista da realidade social que a dicotomiza entre o "atrasado" e o "desenvolvido" promovendo a substituição dos fatores de produção tradicionais pelos modernos. Isso implica em que o processo de transformação de um sistema tradicional de produção em um sistema moderno não se dá sob o efeito de acomodação ou de absorção, mas, gera, também,

um processo de exclusão e de eliminação. Isso porque, além da conjugação de interesses políticos e econômicos, a modernização determina a supremacia dos fatores tecnológicos de produção sobre os tradicionais, eliminando as possibilidades de convivência entre ambos (BONETI, 2003).

A política pública de desenvolvimento econômico sobre essa lógica, que mobiliza, sobretudo, fatores tecnológicos e meios financeiros, produz, nas regiões periféricas, a exclusão, do processo produtivo, de alguns elementos do sistema tradicional de produção, como é o caso das práticas culturais, do meio natural e do trabalho manual, e determina, como consequência, a exclusão do próprio homem do seu meio e do processo produtivo.

O impacto, portanto, dessas políticas públicas na região é dicotômico, pois, induz ao desenvolvimento econômico promovendo a inclusão de novos agentes e novas dinâmicas sociais, ao mesmo tempo em que conduz também a exclusão de parte dos agentes tradicionais. Esse processo de exclusão poderia ser minimizado pela incorporação do modo de vida, da concepção de mundo e dos sistemas de classificação do ambiente natural as demandas sociais e econômicas peculiares da formação cultural das comunidades amazônicas.

Seria preciso proporcionar às comunidades da região uma maior participação no processo de planejamento (governamental, territorial, urbano), implantação e avaliação de políticas públicas. Isto representaria o reconhecimento das aspirações de autonomia, liberdade e identidade; como também, a garantia de que a agenda pública coadunaria com as necessidades e anseios advindos da sua realidade cultural peculiar da região. No entanto, esses anseios não necessariamente coincidem com as necessidades do capital.

### **3. PLANEJAMENTO E (RE)USOS DO TERRITÓRIO: A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DIRETORES PARA A FRONTEIRA**

A fronteira vem se tornando cada vez mais urbanizada, mais articulada e mais dinâmica. Com isso, Planos Diretores em municípios lindeiros tem se tornado as maiores ferramentas que o município tem para organizar e traçar a estratégia de desenvolvimento urbano, social e econômico. A tomada das decisões, baseada em aspectos técnicos, é fundamental para uma gestão municipal eficiente. Assim, os municípios têm cumprido o papel de ente mais ativo na melhoria das condições de vida das comunidades, investindo mais, por exemplo, em educação e saúde do que as esferas superiores.

O controle sobre os municípios também é maior do que o sobre os outros entes federados, e o Plano Diretor vem auxiliando no planejamento e no aporte de recursos para manter a gestão pública municipal mais responsiva a ele (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2007).

Ziulkoski (2007) caracteriza que historicamente, os municípios da Faixa de Fronteira não foram privilegiados nas prioridades das políticas públicas nacionais, tendo apresentado ao longo dos últimos anos um quadro de relativo abandono. Surge daí a necessidade de se colocar a questão fronteiriça no centro das discussões nacionais, utilizando essa região como vetor de integração e cooperação entre os países da América do Sul.

A elevação dos temas de fronteiras pode auxiliar tanto na melhoria real das condições de vida das populações fronteiriças, como também fortalecer os laços de amizade e de trabalho conjunto do continente sul-americano. Sobre o que se refere Ziulkoski (2007), a mesma situação se aplica com maior rigor a cidade que faz a fronteira diretamente.

Rolnik (2007) analisa que há um grande desafio de implementar planos diretores em municípios fronteiriços. Para ela, o grande

diferencial está no fato de essas cidades manterem um cotidiano integrado e comum com cidades de outros países, com realidades de planejamento urbano muito diferente. Brasil / Argentina / Paraguai possuem uma tríplice fronteira, mas o que diferencia para o caso existente na fronteira amapaense é o diferencial do grau de urbanização da fronteira meridional ser bem maior que o amazônico, ao passo que no caso amapaense, há grandes espaços de restrição de uso do território (Unidades de conservação, reservas indígenas, Florestal Estadual de Produção).

A autora reflete sobre "*Como trabalhar isso em cidades vizinhas de países e legislações distintas é o grande desafio*". O Brasil tem cerca de 15 mil Km de fronteiras com dez países e 42 cidades. "*Essas cidades são atreladas comercial e socialmente com as do país vizinho sem que haja uma política de entendimentos sobre conjunção das suas malhas urbanas*".

Os temas relacionados de acordo com o Relatório Final da Conferência Nacional dos Municípios de fronteiras são quase coincidentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades e pelo Estatuto da Cidade, que apesar de se referir à cidade, tem a abrangência sobre o território como segurança; Infraestrutura, Tráfego e Transporte; Educação, Saúde e Migrações; Legislação; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; e Desenvolvimento Econômico Local.

A situação das cidades nos municípios da Faixa de Fronteira e os problemas enfrentados nas fronteiras não são isolados e tampouco possuem impactos localizados, apresentam um universo de 10% dos municípios brasileiros e 27% do território nacional e, portanto, necessitam de mobilização e de troca de informação entre si. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2007). É exatamente nas cidades da fronteira que reside à maior necessidade de observar as inúmeras experiências vividas e aplicadas para definir mais claramente as diretrizes previstas no Plano Diretor.

Pensar e planejar nossas cidades além de seus limites administrativos pressupõe a necessidade de uma nova práxis de atuação dos planejadores. O universo do território e seu alcance regional devem ser à base de futuros planos articulados entre as escalas urbana e regional. A intenção dos urbanistas europeus na busca da consolidação do paradigma da *sustentabilidade* para as cidades europeias do século XXI demonstra que ainda se encontra ativa a proposta ideológica de um possível planejamento urbano “*universalizado*”. Trata-se, de um debate ainda incipiente no âmbito científico brasileiro, sobretudo pelo momento vivido em grande parte das cidades brasileiras (VILLAÇA, 1998).

A cidade também é formada basicamente de estruturas morfológicas de espaços edificados e espaços vazios, que mantêm entre si uma relação dialética, um constrói o outro, sobre um determinado suporte físico. A paisagem urbana, por sua vez, não é configurada apenas por esses elementos. Como estrutura antropizada contém elementos sócio-culturais repletos de funções e significações. A cidade caracteriza-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidos pelos usuários desse cenário urbano, mesmo em circunstâncias peculiares introduzidas pela dinâmica da fronteira (ANTUNES, 2009).

As cidades, em especial aquelas localizadas na fronteira, devem ser vistas cada vez mais como espaços de fluxos e não mais como espaço de lugar. A ideologia do planejamento urbano se apoiou historicamente em conceitos e práticas que somente contribuíram para manter o “*status quo*” social e econômico. Sobre isso, é válida a abrangência da proposta do Estatuto da Cidade, apesar da distância de certos princípios da realidade amazônica, abre a discussão para ver a totalidade do planejamento sobre o espaço do território e não mais das áreas urbanas.

As práticas urbanísticas difundidas como soluções “alternativas” para o planejamento urbano de nossas cidades, agora incluem o município, estabelecendo fronteiras entre o urbano e o rural. Esse debate, que chega de forma tardia, permite ampliar os



limites e possibilidades da adoção de uma nova prática para as cidades e municípios brasileiros (VILLAÇA, 1998). Alguns planos foram idealizados sem, no entanto, terem êxitos na aplicação.

Essa questão deve ser amplamente debatida e também no âmbito do poder público, principalmente no momento onde “novos” Planos Diretores surgem exclusivamente por uma exigência legal e não da necessidade do instrumento do planejamento das cidades ou do território municipal.

### 3.1. PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE E A INTEGRAÇÃO NA FRONTEIRA.

Para Antunes e Tostes (2007), a cidade de Oiapoque (BR) forma com Saint Georges (FR) um par de cidades gêmeas. Oiapoque é um modelo híbrido de inserção regional, associado tanto ao rio, quanto à rodovia BR-156. Sua dinamicidade ligada principalmente ao comércio contrasta com a inércia característica da maioria das outras cidades regionais de porte semelhante. A distância de 600 km da capital amapaense sempre foi uma adversidade em função das condições daquela rodovia.

O Plano Diretor do Município de Oiapoque foi iniciado em 2005 com a tentativa de inovação de planejamento. Tentou-se praticar um planejamento participativo com a adoção de mecanismos e instrumentos jurídicos e urbanísticos, não apenas para atender a cidade, mas todo o território municipal, nesta etapa não houve a inclusão do lado guianense no processo de discussão (TOSTES, 2006; 2009).

Todo o planejamento previsto para o município de Oiapoque encontrou obstáculos. As causas estão diretamente relacionadas aos inúmeros problemas já diagnosticados no Relatório Final da Confederação Nacional dos Municípios (2007). Pode-se dizer que, no caso do Oiapoque, as intervenções sobre o território sempre ocorreram de maneira institucionalizada e por decreto,

o município é cercado de áreas protegidas e reservas indígenas, limitando o planejamento.

Constatou-se durante o II Seminário do Plano Diretor do Município do Oiapoque (TOSTES, 2009) que o zoneamento existente foi completamente espontâneo e a expansão urbana da cidade foi sendo induzida pela dinâmica da fronteira, pelo eixo rodoviário da BR-156, pela perspectiva que se formou ao longo dos anos pela sua pavimentação, pela construção da Ponte Binacional, e pelas expectativas decorrentes dessas obras (integração com o platô das Guianas e com um representante da União Europeia).

Isso tem implicado em uma diversidade de situações para a cidade, para o município, e para o Estado do Amapá. Tal fato tem evidenciado os inúmeros problemas em relação à definição fundiária do território e as limitações expostas pelos entraves de novos investimentos.

Outro fator constatado é o vetor da BR 156 que determinou um eixo longitudinal em relação às margens da rodovia, tal concepção foi decisiva para o aumento de todo o processo de especulação imobiliária, ocasionando grandes dificuldades de novos investimentos em um planejamento urbano que atendesse a este novo cenário.

O planejamento do território municipal, no caso de Oiapoque foi cercado de fragmentações e fragilidades institucionais que contribuíram para o fracionamento da ideia do território. Os estudos do Plano Diretor evidenciam que o município foi dividido por um mosaico que demonstra a concepção pensada em décadas passadas; não há uma integração entre o conjunto que forma este mosaico: áreas protegidas, reservas indígenas, áreas rurais, áreas urbanas e a fronteira.

Os projetos para o município de Oiapoque foram idealizados, mais pela pressão social e econômica, do que de fato, por uma visão institucional estruturada e organizada. Neste caso, o território segue a vertente de uma lógica espontânea, induzida por

novos investimentos da BR-156 e a Ponte Binacional. Segundo Antunes (2009), associada à ideia da fragmentação está a maneira como as diversas esferas de poder visualizaram a fronteira, e-las: à União, ligada à defesa; ao estado do Amapá, à integração com o lado francês; ao município, por sua vez, cabe ser a base para os investimentos, os assentamentos rurais e urbanos; e as mazelas sociais.

O Plano Diretor para a área de fronteira é uma das alternativas, mas, não é a única, conforme os documentos oficiais já produzidos nacionalmente. As ações do Governo do Estado do Amapá nos últimos anos para o município de Oiapoque não vem obtendo resultados esperados de planejamento na área de fronteira. São inúmeros os novos usos do território e alternativas econômicas que estão em debate ou propostos em projeto para os municípios fronteiriços, porém as dificuldades para um maior envolvimento institucional são grandes por não conseguirem acompanhar a velocidade das dinâmicas sociais ocorridas especialmente após o último decênio do século XX.

Na questão de fronteiras, ainda, soma-se a necessidade de desenvolver Planos Diretores Integrados entre as cidades-gêmeas, a fim de garantir os benefícios de sua formulação e execução, além da efetividade aos municípios vizinhos transfronteiriços; como também aproximar os gestores de Oiapoque e Saint George, a fim de integrar as propostas já existentes. Isso tem sido possível em função da existência de uma proposta que iniciou no ano de 2005, e que reúne um amplo diagnóstico sobre as diretrizes necessárias para promover o desenvolvimento do município de Oiapoque e a efetiva integração na fronteira.

Um outro aspecto a ser considerado sobre o planejamento se refere à inserção da questão ambiental na gestão do território. Neste contexto, se insere a criação de um outro modelo de gestão, a Floresta Estadual do Amapá

#### **4. A FLORESTA ESTADUAL DO AMAPÁ E A INSERÇÃO DA FRONTEIRA NO MUNDO GLOBALIZADO**

A perda da cobertura florestal dos países tropicais, nas últimas décadas tem causado um grande impacto sobre a biodiversidade e a integridade ecológica dos ecossistemas e conseqüentemente uma redução da oferta de seus serviços ambientais. Apesar de sua grande importância na vida das populações, as funções destes serviços na vida de todos os seres vivos são sub-valorados na criação de políticas de desenvolvimento. Para mudar o cenário atual será necessário dar o devido valor a estas florestas, não somente pelo papel na mitigação dos efeitos negativos da mudança climática, mas também pelos efeitos na economia local e global, com a produção e comercialização de seus produtos sob parâmetros de sustentabilidade e valoração dos serviços ambientais fornecidos por estas.

O estado do Amapá é considerado um dos estados mais preservados do Brasil, com mais de 70% de suas áreas sob algum tipo de proteção à biodiversidade (DRUMMOND, et. al. 2008). Entretanto, esta condição de estado-referência para a política de conservação ambiental contrapõe-se com a necessidade de potencializar sua economia de modo a oferecer melhores oportunidades de vida a sua população.

Visando garantir o uso racional dos recursos florestais e o suprimento de matéria-prima e aumentar o controle e o retorno social da atividade florestal o estado do Amapá criou em 12 de julho de 2006, pela lei estadual nº 1.028, uma floresta pública estadual. Atualmente, a implantação da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA/AP) constitui um dos principais eixos da política de desenvolvimento do estado a qual tem como objetivo oferecer a melhor destinação possível do seu território florestal, que se encontrava a mercê de usos especulativos e predatórios (GEA, 2009).

A FLOTA/AP possui uma área de 2.369.400 hectares e está dividida em quatro módulos que se distribuem em áreas descontínuas da região de Porto Grande, no centro sul do estado, ao

Oiapoque, no extremo norte. A destinação dos módulos foi definida em função das condições de infra-estrutura e vias de acesso existentes nesta região, bem como da necessidade de dinamizar os pólos de desenvolvimento produtivo do estado que se localizam nas áreas de influência destes módulos.

Os módulos 1, 2 e 3 deverão ser destinados à concessão florestal, enquanto o módulo 4 devido sua grande extensão, sua localização na faixa de fronteira com a Guiana Francesa, sua sobreposição com unidade de proteção integral e terras indígenas e por ser considerado importante zona de amortecimento na região - compondo com o Parque Nacional do Tucumucumaque quase 46% de áreas protegidas do estado, deverá ser direcionado ao seu grande potencial para fornecer produtos e serviços ambientais no mercado interno e externo.

Apesar desta Floresta Estadual constituir um dos principais eixos da política de desenvolvimento do estado, seus recursos naturais, em especial no módulo 4, estão totalmente susceptíveis à grande influência da política de ampliação da inserção da fronteira no mundo globalizado, direcionada ao movimento desenvolvimentista na divisa com a Guiana Francesa. A criação da Universidade Binacional da Biodiversidade na fronteira entre os dois países, do Centro Franco-brasileiro de Biodiversidade Amazônica, o asfaltamento da BR-156 e a interligação do Estado do Amapá com a Guiana Francesa através da ponte sobre o rio Oiapoque podem ser fatores de pressão sobre a área do módulo 4 da FLOTA que ainda é uma das áreas mais preservadas e com maior área de floresta, dentre os outros módulos que fazem parte desta Unidade de Conservação (UC).

Por outro lado, a localização em região que permite uma ligação com a Europa e conseqüentemente com os estados europeus, propiciado pela maior movimentação de produtos e criação dos novos acessos pode trazer muitas oportunidades, como propiciar uma política de pagamento pelos serviços ambientais e valorização dos produtos da floresta em território nacional que facil-

mente poderão ser acessados por outros países, fortalecendo um cenário de desenvolvimento sustentável.

A conservação dos produtos e serviços prestados pelo módulo 4 da FLOTA/AP depende da valoração da floresta em pé. No entanto, ainda não haviam sido feitos estudos na região valorando os recursos naturais ou os serviços ambientais que podem ser prestados pela área.

Desde 2008 o Governo do Estado tem realizado iniciativas no que diz respeito ao uso da área para implementação de um projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). O REDD oferece o potencial de incentivos econômicos para apoiar os países em desenvolvimento em valorizar as suas florestas em pé evitando emissões de gases do efeito estufa provenientes da destruição e degradação de suas florestas, o governo do Amapá tem se preocupado com estar pronto para gerir o REDD e tem investido na preparação do estado para receber os benefícios que a preservação deste pode significar para o mundo.

O processo de desenvolvimento de capacidades para gerir REDD a nível nacional se tornou conhecido como “Readiness for REDD” (Estar pronto para o REDD). Como este conceito abrange diversas ações e o desenvolvimento de condições necessárias para fazer o REDD funcionar, se preparar para REDD envolve uma série de ações em diversos níveis geográficos. A fim de alcançar essa meta, é essencial que se obtenha um número suficiente de estudos fáticos sobre as opções para reduzir efetivamente as emissões do desmatamento e da degradação florestal e os impactos de um mecanismo de REDD acordado internacionalmente.

Com o intuito de avançar nesta direção o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF/AP) em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA) e a Embrapa Amapá executou o Projeto Carbono Amapá que teve como objetivo avaliar o estoque de carbono da FLOTA/AP visando a

elaboração de um projeto de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

No entanto, havia a necessidade de avaliação das ações que modificarão o cenário atual de pressão sob os recursos naturais da região, principalmente nas áreas com melhoria da infra-estrutura viária. A falta de disponibilidade dessas informações para a região do módulo 4 da FLOTA/AP deu origem ao projeto “Estudo da potencial contribuição dos serviços ambientais no módulo 4 da Floresta Estadual de Amapá – FLOTA/AP para o desenvolvimento sustentável local e regional” (REDD+FLOTA), que, desde julho de 2010, vem buscando estabelecer o estado atual da área (background) e analisar as dinâmicas de transformações nos recursos naturais (carbono, água e biodiversidade) do módulo 4 da FLOTA/AP.

Este projeto tem como finalidade construir cenários de desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos para esta área de fronteira. Um dos principais produtos do projeto será o fortalecimento e ampliação de parcerias para o estudo dos serviços ambientais prestados pelos recursos naturais na região amazônica. Além disso, contribuirá para a construção de metodologias para análise de serviços ambientais na região amazônica, a elaboração e disponibilização de uma base de dados espaciais sobre o módulo 4 da FLOTA/AP, o diagnóstico das condições socioambientais (sócio, econômico, política, ambiental) atuais da área de estudo e a geração de informações essenciais para subsidiar políticas públicas que promovam a conservação e uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia.

O projeto pretende aplicar e ajustar metodologias para o diagnóstico e valoração dos serviços ambientais no estado do Amapá tendo como exemplo o módulo 4 da FLOTA/AP e atender a necessidade de indicar alternativas econômicas para o uso da terra, adequando-se às realidades locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As gestões institucionais da fronteira amapaense que garantiram as criações e construções de estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas neste espaço permitiram que suas articulações e conexões fossem ampliadas no cenário internacional, reorganizando seu espaço, redefinindo e reformatando novos usos do território.

Desde o último decênio do século XX, uma série de ações têm estimulado a reformatação da fronteira amapaense mediante aos novos usos de seu espaço, notadamente assentada nas expectativas que a integração com o platô das Guianas e o maior envolvimento desta unidade da federação brasileira em políticas ambientais, com a criação de novas Unidades de Conservação.

Com acesso de investimentos públicos e privados após a década de 1940, houve a reestruturação da fronteira setentrional, ou seja, a região litorânea deixa de ser isolada, para ser articulada, organizada e conectada a novas redes sociais e econômicas. Gradativamente a fronteira se torna mais articulada e mais dinâmica; deixa de ser periférica para se tornar estratégica, embora não tenha perdido aquela condição fronteiriça de periferia. Contudo, mesmo que as ações de políticas de investimentos e de planejamento por parte do Estado possuam uma magnitude grande, ainda se apresentam frágeis.

Essa nova dinâmica tende a acentuar a já forte presença do capital internacional na exploração de produtos e insumos locais, acirrar o mercado de terras e impor novo ritmo das relações comerciais. Tende, também, a impor ao estado e aos municípios a necessidade de promoverem outras reestruturações infraestruturais e logísticas para assegurar sua efetiva participação nesse movimento do capital.

Quanto ao movimento de integração dos mercados internacionais sul americanos e a necessidade de fortalecimento das economias regionais, tem transformado as regiões fronteiriças



periféricas em zonas importantes de cooperação e sinergia e provocado um novo tipo de atuação dos Estados Nacionais nas regiões de fronteira pela criação de mecanismos legais e administrativos capazes de estimular a importância assumida e atribuída às cidades e regiões de fronteira para o processo de integração econômica. Embora seja percebido que o impacto dessas políticas públicas na região é dicotômico. Tanto induz ao desenvolvimento econômico, quanto conduz também a exclusão de parte dos agentes tradicionais.

A fronteira vem se tornando cada vez mais urbanizada, mais articulada e mais dinâmica. Por outro lado, tem se criado modelos e propostas de gestão do território mediante a instalação de unidades de conservação com os mais variados tipos de restrição do território, seja por orientação legal sobre meio ambiente, terras indígenas, seja pela sua posição geográfica no interior da faixa de fronteira. A FLOTA/AP possui terras tanto dentro, como fora da faixa de fronteira. Neste sentido, o uso deste território necessita de maiores atenções e estudos, iniciados pelo projeto “*Estudo da potencial contribuição dos serviços ambientais no módulo 4 da Floresta Estadual de Amapá – FLOTA/AP para o desenvolvimento sustentável local e regional*”

Com isso, busca-se: organizar e traçar a estratégia de desenvolvimento da fronteira, envolvendo os mais variados temas (urbano, social e econômico equilibrados); a melhoria real das condições de vida das populações fronteiriças; fortalecer os laços de amizade e de trabalho conjunto do continente sul-americano; e visualizar a fronteira cada vez mais como espaços de fluxos e não mais como espaço de lugar.

Enfim, para o caso amapaense, a sua fronteira tem sido induzida por novos investimentos da BR-156 e a Ponte Binacional, associada à ideia da fragmentação territorial onde à União, cabe a defesa da soberania e as suas relações diplomáticas; ao estado, a consolidação da integração com o platô das Guianas e as suas redes via oceano; ao município, por sua vez, cabe ser a base para os investimentos, os assentamentos rurais e urbanos; e as mazelas sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Oscarito. **Implicações do contexto da zona de fronteira/BR 156/Ponte Binacional na configuração da paisagem urbana de Oiapoque**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2009.
- ANTUNES, Oscarito; TOSTES, José Alberto. **Oiapoque – “Aqui começa o Brasil”: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa**. ANPPAS. Brasília, 2008.
- BONETI, Lindomar W. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 2003.
- CASTRO, Edna. A Amazônia e seu lugar central na Integração Sul-Americana In: NASCIMENTO, Durbens Martins. **Relações Internacionais e Defesa na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2008.
- CHELALA, Charles. **A Magnitude do Estado na socioeconomia amapaense**. Rio de Janeiro: Publit, 2008.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. I Encontro dos Municípios de Fronteira. Visão dos Municípios sobre a questão fronteiriça. **Relatório Final**. Confederação Nacional dos Municípios, 2007.
- DRUMOND, J. A. ; DIAS, T. ; BRITO, D. **Atlas da Unidade de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá : MMA/IBA-MA-AP : GEA/SEMA.FAO, 2008.
- FERREIRA FILHO, Manoel G. **Curso de Direito Constitucional**. 22a ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

FERREIRA, Aurilene dos Santos. Programa Calha Norte: política Pública de segurança, defesa e de desenvolvimento regional no norte do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (org). **Amazônia e Defesa. Dos Fortes às Novas Conflitualidades**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

FREITAS, Aimberê. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista: Boa Vista, 1991.

GOMES, Gustavo M.; VERGOLINO, José R. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)**. Brasília: IPEA, 1997.

JACQUES, Paulino. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense. 1977.

MAYER, Luiz Rafael. A natureza jurídica dos Territórios Federais. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125:15-41. Jul./set. 1976.

MEDEIROS, Océlio de. **Administração Territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MORTARA, Giorgio. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. **Boletim Geográfico**. 2 (16) Jul., 1944.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI. In: **Amazônia e Defesa. Dos Fortes às Novas Conflitualidades**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

GEA. Governo do Estado do Amapá. Secretaria do Desenvolvimento Rural. Instituto Estadual de Florestas. **Plano Anual de Outorga Florestal (2008/2009). Floresta Estadual do Amapá**. 2009. Acessado em: <http://www.ief.ap.gov.br/menulateral/outorga.php>

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2003.

\_\_\_\_\_. **(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais**. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).

\_\_\_\_\_. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, Lígia T. L. (org). **Políticas Públicas, Desenvolvimento, Unidades de Conservação e Outras Questões Socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA-UFPA/MPEAP, 2010a.

\_\_\_\_\_. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades /**. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010b.

REIS, Arthur C. F. A ideia de Território no pensamento do legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Administrativo** (74). out./dez., 1963.

ROLNIK, Raquel. **Desenvolvimento urbano em cidades de fronteira**. Conferência em Campo Grande (MS), 2007.

SANTANA, Márcia de Alencar. **A Experiência de Planejamento Regional do Brasil: O caso da Amazônia (1985-2003)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Tese de Doutorado.

TEMER, Michel. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no Estado do Amapá: Uma contribuição para o Desenvolvimento Regional**. J.A. Tostes Editor: Macapá, 2006.

\_\_\_\_\_. II Seminário do Plano Diretor do Município do Oiapoque. **Relatório Técnico**. Oiapoque, 2009.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. Nobel. São Paulo. 1998.

ZIULKOSKI, Paulo Roberto. **Carta do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios**. Relatório Final do I Encontro dos Municípios de Fronteira. Visão dos Municípios sobre a questão fronteiriça, 2007.